



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS



MUSEU JOSÉ
LUCIANO
DE CASTRO





Índice

Relatório de Atividades	3
Perspetiva Global da Instituição	3
Área da Saúde	3
Área Social	4
Área Cultural	4
Perspetiva para o ano de 2026	4
Proposta de Aplicação de Resultados	4
Eventos Subsequentes	5
Informações Exigidas por Diplomas Legais	5
Agradecimentos	5
Demonstrações Financeiras	7
Balço	7
Demonstração de Resultados	8
Demonstração de Fluxos de Caixa	9
Anexo às Demonstrações Financeiras	10
1. Identificação da Entidade	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	11
3. Principais Políticas Contabilísticas	11
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	12
4. Ativos Fixos Tangíveis	16
5. Ativos Intangíveis	18
6. Inventários	19
7. Rédito	19
8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo	20
9. Benefícios dos Empregados	20
10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais	21
11. Outras Informações	22
11.1. Investimentos Financeiros	22
11.2. Créditos a receber	24
11.3. Outros ativos correntes	25
11.4. Diferimentos	26



11.5. Caixa e Depósitos Bancários-----	26
11.6. Fundos Patrimoniais-----	27
11.7. Fornecedores-----	27
11.8. Estado e Outros Entes Públicos-----	28
11.9. Outros Passivos Correntes -----	28
11.10. Fornecimentos e Serviços Externos-----	29
11.11. Outros Rendimentos-----	29
11.12. Outros Gastos -----	30
11.13. Juros e Rendimentos similares Obtidos e Suportados -----	30
11.14. Fluxos de Caixa-----	30
11.15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes-----	31
11.16. Acontecimentos após a data do Balanço-----	31
Anexo Auxiliar-----	32
1. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo-----	32
2. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde/Social/Cultura/Projeto “Anadia Maior” -----	33
3. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Saúde-----	34
4. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Social-----	35
5. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais-----	36
6. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde-----	37
7. Demonstração de Resultados por Natureza – Social -----	38



Relatório de Atividades

Perspetiva Global da Instituição

No exercício de 2025, o Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 282.621,04€, evidenciando uma melhoria significativa face ao período homólogo, no qual se havia registado um resultado negativo de 99.636,65€, correspondendo a uma variação positiva de cerca de 382.000,00€. As Vendas e Prestações de Serviços registaram igualmente um aumento de aproximadamente 850.000,00€. Ao nível dos gastos, as principais rubricas continuam a ser os Gastos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos.

	2025	2024
Vendas e serviços prestados	9.168.457,25 €	8.306.993,23 €
Subsídios, doações e legados à exploração	130.153,45 €	76.711,46 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 660.845,19 €	- 650.361,86 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.783.669,00 €	- 2.642.245,61 €
Gastos com pessoal	- 5.362.107,40 €	- 4.947.722,92 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.625,00 €	- 17.396,52 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	9,35 €	- 9,11 €
Outros rendimentos	202.285,98 €	159.372,75 €
Outros gastos	- 225.785,61 €	- 183.406,78 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	470.123,83 €	101.934,64 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 187.722,77 €	- 196.979,32 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	282.401,06 €	- 95.044,68 €
Juros e rendimentos similares obtidos	219,98 €	209,52 €
Juros e gastos similares suportados	- €	- 4.801,49 €
Resultado Antes de Impostos	282.621,04 €	- 99.636,65 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €
Resultado Líquido do Período	282.621,04 €	- 99.636,65 €

Área da Saúde

A área da saúde continua a assumir a maior expressão económica e financeira na atividade da Instituição, tendo a receita registado um aumento de cerca de 890.000,00€ face ao período homólogo. Do total registado na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”, 2.665.319,82€ correspondem à execução do Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro, 1.544.114,25€ à faturação da Unidade de Cuidados Continuados à mesma entidade e 834.378,41€ às cirurgias realizadas no âmbito do SIGIC – Vale Cirúrgico. Regista-se ainda, no presente exercício, a celebração do contrato relativo ao serviço de atendimento CAC, que representou uma receita de 216.810,00€.

De referir que o Acordo de Cooperação celebrado com o Ministério da Saúde, cujo prazo inicial foi de 10 anos (fim em 2024), não foi denunciado pelas partes, pelo que se renovou por igual período (2025-2034). As sucessivas alterações ao nível da Tutela Governamental, não permitiram ainda concluir as negociações do referido Acordo, em condições mais favoráveis para a SCMA.



Área Social

Através de uma rápida análise à Demonstração de Resultados por Natureza podemos facilmente verificar que, comparando os dados de 2025 e 2024, se verificou um aumento de 21% na rubrica “Vendas e Serviços Prestados”.

Destaca-se que nas valências sociais se registou, em 2025, face ao exercício de 2024, uma melhoria significativa nos resultados de exploração, passando de um resultado negativo de 369.309,12 € em 2024 para 89.574,72 € negativos em 2025. Esta evolução resulta, sobretudo, do reforço dos apoios provenientes da Segurança Social e do aumento das mensalidades dos utentes, bem como da redução de gastos operacionais, designadamente nos custos com energia, alimentação e materiais de higiene e limpeza.

Área Cultural

Uma vez que esta área não apresenta receita, o seu resultado é composto por gastos em fornecimentos externos e gastos com pessoal.

Perspetiva para o ano de 2026

Para o exercício de 2026, a Instituição tem como principal objetivo a manutenção das suas valências com elevados padrões de qualidade na prestação dos serviços, assegurando simultaneamente a continuidade da racionalização de custos que se tem verificado nos últimos anos.

Considerando que os Gastos com o Pessoal continuam a representar uma das rubricas de maior peso na estrutura de custos da SCMA, e não estando prevista a sua redução, pretende-se reforçar a rentabilização dos recursos existentes, de forma a salvaguardar a sustentabilidade financeira da Instituição.

As perspetivas para 2026 encontram-se refletidas no Plano de Atividades e Orçamento aprovado em Assembleia Geral. Importa ainda referir que, nos últimos anos, se tem verificado o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos colaboradores, nomeadamente através da atualização do salário mínimo nacional, sendo política da Instituição aplicar o mesmo diferencial de aumento a todos os trabalhadores.

Esta política representa, contudo, um esforço financeiro significativo, pelo que a Mesa Administrativa antecipa um ano exigente no cumprimento dos objetivos definidos.

Proposta de Aplicação de Resultados

Para o resultado líquido positivo do período de 282.621,04€, evidenciado na apresentação das contas de 2025, propomos que seja levado à conta de “Resultados Transitados”.



Eventos Subsequentes

Não se registaram fatos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2025 que possam por em causa os comentários já evidenciados ou contradizer a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras.

Informações Exigidas por Diplomas Legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta qualquer situação de dívidas em atraso à Administração Tributária e Segurança Social.

Agradecimentos

A Mesa Administrativa vem por este meio agradecer:

Aos seus funcionários e prestadores de serviços, pela grande capacidade de adaptação a uma realidade completamente desconhecida e, agradece a sua disponibilidade, entrega e resiliência;

- ✓ Aos seus utentes e familiares, pela colaboração e compreensão e pelas dicas que nos permitem melhorar;
- ✓ Aos voluntários que prestaram um importante apoio aos nossos utentes;
- ✓ Aos restantes Órgãos Sociais e ao Revisor Oficial de Contas, pelo apoio demonstrado;
- ✓ Aos Irmãos da Misericórdia, pelo estímulo que prestaram;
- ✓ Às entidades que institucionalmente colaboram com a SCMA, nomeadamente, a Direção Geral da Segurança Social, a Câmara Municipal de Anadia, a União das Misericórdias Portuguesas, a Administração Regional de Saúde do Centro, o Centro de Emprego, entre outros;
- ✓ A empresas e/ou particulares que, através de donativos ou serviço voluntário, ajudam a prestar o melhor serviço a quem mais necessita.

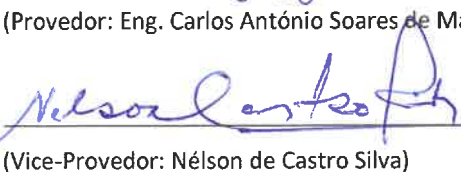


Anadia, 16 de março de 2026

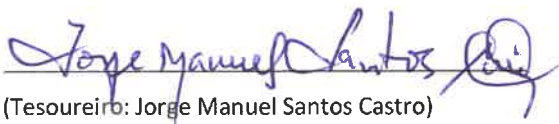
A Mesa Administrativa:



(Provedor: Eng. Carlos António Soares de Matos)



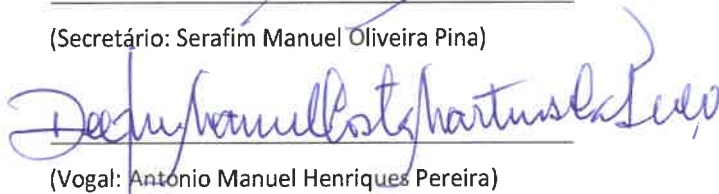
(Vice-Provedor: Nélon de Castro Silva)



(Tesoureiro: Jorge Manuel Santos Castro)



(Secretário: Serafim Manuel Oliveira Pina)



(Vogal: António Manuel Henriques Pereira)



(Vogal: Delfim Manuel Costa Martins Cabeço)



(Vogal: Osvaldo Pereira Dias)



Demonstrações Financeiras

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2025	31-12-2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.652.154,80	2.701.877,80
Ativos intangíveis	5	9.819,03	1.966,11
Investimentos financeiros	11.1	61.650,39	61.641,04
Subtotal		2.723.624,22	2.765.484,95
Ativo corrente			
Inventários	6	107.138,37	116.781,17
Créditos a receber	11.2	831.425,69	504.722,35
Estado e outros Entes Públicos	11.8	25.965,04	27.451,35
Diferimentos	11.4	10.656,49	10.320,19
Outros ativos correntes	11.3	1.642.546,89	1.412.855,41
Caixa e depósitos bancários	11.5	2.524.204,78	2.336.730,80
Subtotal		5.141.937,26	4.408.861,27
Total do ativo		7.865.561,48	7.174.346,22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	920.353,09	920.353,09
Resultados transitados	11.6	3.719.192,01	3.818.828,66
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	974.923,48	974.923,48
		5.614.468,58	5.714.105,23
Resultado Líquido do Período		282.621,04	-99.636,65
Total dos fundos patrimoniais		5.897.089,62	5.614.468,58
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dividas a pagar	11.9	100.000,00	100.000,00
Subtotal		100.000,00	100.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	208.290,99	211.643,10
Estado e outros Entes Públicos	11.8	135.163,06	127.529,91
Diferimentos	11.4	7.310,00	4.310,00
Outros passivos correntes	11.9	1.517.707,81	1.116.394,63
Outros passivos financeiros			
Subtotal		1.868.471,86	1.459.877,64
Total do passivo		1.968.471,86	1.559.877,64
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.865.561,48	7.174.346,22

16-03-2026

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



Demonstração de Resultados

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7	9.138.507,17	8.286.597,41
Subsídios, doações e legados à exploração	8	130.153,45	76.711,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-660.845,19	-650.361,86
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-2.686.335,56	-2.554.466,43
Gastos com o pessoal	9	-5.362.107,40	-4.947.722,92
Outras Imparidades (perdas/reversões)		1.634,35	-17.405,63
Outros rendimentos	11.11	134.902,62	91.989,39
Outros gastos	11.12	-225.785,61	-183.406,78
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		470.123,83	101.934,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4+5	-187.722,77	-196.979,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		282.401,06	-95.044,68
Juros e rendimentos similares obtidos	11.13	219,98	209,52
Juros e gastos similares suportados	11.13	0,00	-4.801,49
Resultados Antes de Impostos		282.621,04	-99.636,65
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado Líquido do Período		282.621,04	-99.636,65

16-03-2026

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

ee 90744



Demonstração de Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Anadia

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes e utentes	8.853.218,62	8.587.854,31
Pagamento a fornecedores	-3.289.278,61	-3.611.718,47
Pagamentos ao pessoal	-5.361.802,62	-4.974.207,19
Caixa gerada pelas operações	202.137,39	1.928,65
Outros recebimentos/pagamentos	42.838,53	212.709,32
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	244.975,92	214.637,97
Fluxos de caixa das atividade de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-138.064,98	-282.163,79
Ativos intangíveis	-9.102,00	
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	58.731,00	20.000,00
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	-1.166,04	
Outros ativos	32.100,08	29.170,44
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)	-57.501,94	-232.993,35
Fluxos de caixa das atividade de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		-134.666,95
Juros e gastos similares		-4.801,49
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)	0,00	-139.468,44
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	187.473,98	-157.823,82
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.336.730,80	2.494.554,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.524.204,78	2.336.730,80

16-03-2026

A MESA ADMINISTRATIVA,

O CONTABILISTA CERTIFICADO,



Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Anadia (SCMA) é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1908 por um grupo de cidadãos, entre os quais José Luciano de Castro, uma das figuras políticas mais influentes das últimas décadas da Monarquia, tendo exercido por várias vezes o cargo de Presidente do Conselho de Ministros.

A Misericórdia de Anadia é uma associação de fiéis com personalidade jurídica canónica, cuja missão assenta na prática das Catorze Obras de Misericórdia, promovendo o apoio solidário a todos os que necessitam, bem como a realização de atos de culto católico, de acordo com o seu espírito tradicional, inspirado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

A Instituição tem sede na Rua Alexandre Seabra, n.º 29, em Anadia, com o NIPC 501 229 574, desenvolvendo a sua atividade no concelho de Anadia nas áreas da Saúde, Terceira Idade e Infância.

Na área da Saúde, a SCMA detém, desde 1 de janeiro de 2015, a gestão do Hospital José Luciano de Castro, ao abrigo de um Acordo de Cooperação celebrado com a ARS Centro, em parceria com a União das Misericórdias Portuguesas, tendo como missão a prestação de cuidados de saúde diferenciados à população.

Na área da Terceira Idade, a Instituição dispõe de duas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (Lar José Luciano de Castro e Lar Seabra de Castro), assegurando ainda as respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Na área da Infância, a SCMA presta serviços de Creche e Educação Pré-Escolar.

A Instituição integra ainda o Museu José Luciano de Castro, localizado no Palacete Seabra de Castro, aberto à comunidade e dedicado à realização de exposições permanentes e temporárias.

Em 2020, a SCMA iniciou o projeto “Anadia Maior”, no âmbito do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), promovido pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Atendendo ao impacto positivo do projeto e à sua relevância para a comunidade, foi celebrado um protocolo com o Município de Anadia que assegurou a comparticipação de 50% das despesas até março de 2025.

Com o objetivo de garantir a continuidade do projeto, foi aprovada a candidatura ao programa CLDS 5G, passando o mesmo a beneficiar, a partir de abril de 2025, de financiamento assegurado a 100% por fundos comunitários.



2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) Esta apresentação de Resultados está sujeita por imposição legal, ao processo de relato financeiro nos termos do SNC, aprovado pelo DL nº 158/2009 de 13/07 e nos termos do regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 09/03 que é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela SCMA na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a SCMA continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outros ativos correntes*” (Notas 11.3) e “*Diferimentos*” (Nota 11.4)



Consistência na Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração



dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a SCMA tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Para as aquisições até 31 Dez 2011 a SCMA deprecia os seus bens de acordo com as taxas do DL 78/89, sendo que desde 2012 para todas as aquisições a partir desse ano passou a utilizar as taxas de depreciação do Decreto Regulamentar 25/2009.

As depreciações são calculadas com base nas taxas acima referidas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	6-14
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6-14
Outros ativos fixos tangíveis	6-10

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:



Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a SCMA tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são mensurados ao custo.

Esta rubrica inclui ainda, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A SCMA adota como método de custeio dos inventários o FIFO. (*first in, first out*).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Ativos não correntes detidos para Venda (ANCDV)

Os ANCDV são classificados como detidos para venda se a respetiva quantia escriturada for realizável através de uma transação de venda e não pelo uso continuado

Considera-se que esta situação se verifica apenas quando:

A venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições

A gestão está comprometida com um plano de venda.

É expectável que a venda se realize num período de 12 meses

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos custos expectáveis com a sua venda

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outros passivos correntes*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Provisões



Periodicamente, a SCMA analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra acima referido.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.



Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo;
- Resultados transitados, ou seja, resultados gerados em períodos anteriores, e
- Ajustamentos/Outras Variações, decorrentes de donativos monetários recebidos e do processo de transição da Norma das ESNL.

Estado e Outros Entes Públicos

A SCMA é uma entidade isenta de IRC nos termos a alínea b) do nº 1 do artigo 10º do Código do IRC, pelo facto de ser uma instituição particular de solidariedade social, e exercer efetivamente, a título exclusivo, as atividades constantes dos seus estatutos. Adicionalmente, na sequência da atualização dos referidos estatutos, foi solicitado à Direção Geral da Segurança Social, o seu registo, pedido que se encontra já deferido.

De salientar ainda que, por declaração da DGCI de 15/9/89, publicada no DR III Série nº 238 de 16 Outubro, foi reconhecido à SCMA isenção de IMI e IMT.

4. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21					20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59					156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	3.481.156,67	7.061,28				3.488.217,95
Edifícios e outras construções - PI	424.641,91				(598,56)	424.043,35
Equipamento básico	1.383.252,08	16.020,70				1.399.272,78
Equipamento de transporte	203.534,90					203.534,90



[Handwritten signatures and notes in blue ink on the right margin of the page]

Equipamento administrativo	93.838,79	26.539,80				120.378,59
Outros ativos fixos tangíveis	20.044,64					20.044,64
Investimentos em curso	71.943,34	232.551,12				304.494,46
Total	5.855.107,13	282.172,90	-	-	(598,56)	6.136.681,47
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais - AFT	-					-
Terrenos e recursos naturais - PI	-					-
Edifícios e outras construções - AFT	1.651.054,53	78.677,41				1.729.731,94
Edifícios e outras construções - PI	247.212,45	8.495,81			(598,56)	255.109,70
Equipamento básico	1.069.814,96	88.440,70				1.158.255,66
Equipamento de transporte	183.669,62	5.543,80				189.213,42
Equipamento administrativo	78.220,44	9.370,39				87.590,83
Outros ativos fixos tangíveis	13.577,90	1.324,22				14.902,12
Total	3.243.549,90	191.852,33	-	-	(598,56)	3.434.803,67

2.701.877,80

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais - AFT	20.501,21					20.501,21
Terrenos e recursos naturais - PI	156.193,59					156.193,59
Edifícios e outras construções - AFT	3.488.217,95					3.488.217,95
Edifícios e outras construções - PI	424.043,35					424.043,35
Equipamento básico	1.399.272,78	9.798,44		(10.973,55)		1.398.097,67
Equipamento de transporte	203.534,90	4.405,80				207.940,70
Equipamento administrativo	120.378,59	10.580,59				130.959,18
Outros ativos fixos tangíveis	20.044,64	11.484,00				31.528,64
Investimentos em curso	304.494,46	108.448,23				412.942,69
Total	6.136.681,47	144.717,06	-	(10.973,55)	-	6.270.424,98
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais - AFT	-					-
Terrenos e recursos naturais - PI	-					-
Edifícios e outras construções - AFT	1.729.731,94	79.908,68				1.809.640,62
Edifícios e outras construções - PI	255.109,70	7.796,12				262.905,82
Equipamento básico	1.158.255,66	77.041,64				1.235.297,30
Equipamento de transporte	189.213,42	6.645,25				195.858,67
Equipamento administrativo	87.590,83	11.990,23				99.581,06
Outros ativos fixos tangíveis	14.902,12	84,59				14.986,71
Total	3.434.803,67	183.466,51	-	-	-	3.618.270,18

2.652.154,80

A SCMA detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira (nota 11.7):

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Equipamento Básico	-	-	-	-	52,10	52,10
Total	-	-	-	-	52,10	52,10

A SCMA tem um conjunto de ativos, terrenos e edifícios, cuja finalidade e intenção é a venda. Estes imóveis, estão apresentados no balanço na rubrica de “Outros ativos correntes” tal como evidenciados na tabela seguinte (vide nota 11.3):



Descrição	2025	2024
Casas de Habitação	114.376,11	114.376,11
Casa de Habitação Moita	15.376,11	15.376,11
Casa de Habitação - Avenida 5 outubro - Anadia	99.000,00	99.000,00
Propriedades Rústicas	238.000,00	256.500,00
Terrenos Rústicos	238.000,00	256.500,00
Total	352.376,11	370.876,11

Em Assembleia Geral realizada em 30 de novembro de 2020 foi autorizada a venda do imóvel situado na Moita, não tendo, até à presente data, sido concretizada a respetiva alienação. A venda da casa de habitação sita em Anadia, bem como das propriedades rústicas, foi igualmente autorizada em Assembleia Geral realizada em 28 de novembro de 2022, mantendo a Mesa Administrativa o compromisso de promover a sua alienação.

Relativamente aos 35 prédios rústicos doados em testamento por Cremilde Rodrigues Marques, os mesmos encontram-se reconhecidos na sua totalidade desde 31/12/2023, tendo sido já alienados 24 à presente data.

Os investimentos em curso referem-se às obras do Complexo Seabra de Castro (388.367,29€) e à empreitada de beneficiação energética do Hospital José Luciano de Castro, as quais se encontravam ainda em fase de execução.

5. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024 mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Programas de Computador	29.027,90		-	-	-	29.027,90
Total	29.027,90	-	-	-	-	29.027,90
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	21.934,80	5.126,99		-	-	27.061,79
Total	21.934,80	5.126,99	-	-	-	27.061,79

1.966,11

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Programas de Computador	29.027,90	14.619,51	-	-	-	43.647,41
Total	29.027,90	14.619,51	-	-	-	43.647,41
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	27.061,79	6.766,59		-	-	33.828,38
Total	21.934,80	6.766,59	-	-	-	33.828,38

9.819,03



6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Detalhe	2024	2025
Géneros Alimentares	4.563,60	4.008,19
Material Clínico	75.278,59	67.890,06
Material Hoteleiro, Administrativo e Manutenção	13.211,88	12.117,95
Produtos Farmacêuticos	23.727,10	23.122,17
Total	116.781,17	107.138,37

CMVMC	2025	2024
Saúde	-419.672,61	-388.420,53
Social	-241.172,58	-261.961,33
Total	-660.845,19	-650.381,86

Os inventários correspondem ao stock físico existente na SCMA em 31/12/2025 e 31/12/2024, sendo compostos essencialmente por material descartável de apoio às diversas valências, produtos farmacêuticos e material administrativo.

7. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços:		
Infância e Juventude	440.743,88	394.453,11
Infância e Juventude - Participação Familiar	44.854,02	49.183,20
Infância e Juventude - Participação ISS	395.889,86	345.269,91
Terceira Idade	2.159.349,24	1.940.711,48
Terceira Idade - Participação Familiar	1.146.876,31	1.048.872,25
Terceira Idade - Participação ISS	1.012.472,93	891.839,23
Saúde - Hospital	6.502.831,59	5.918.144,61
Quotas e Joias	3.658,50	3.668,50
Outros rendimentos	31.923,96	29.619,71
Total	9.138.507,17	8.286.597,41

O rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento das transações à data do balanço.

Na área social, as prestações de serviços registaram um aumento de 12% na área da Terceira Idade, essencialmente decorrente da atualização das mensalidades e do aumento da participação da Segurança Social.

Na área da saúde verificou-se igualmente um crescimento de 7% nos serviços prestados.

Relativamente à componente hospitalar, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), o rédito é reconhecido no momento da



realização das cirurgias e mensurado pelo valor constante nos vales cirúrgicos cativados. Eventuais ajustamentos decorrentes da codificação dos atos praticados, nos termos da legislação aplicável, são registados após validação pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS) e pelo respetivo hospital de origem.

Atividade	Designação	2025	2024
Produção do Acordo de Cooperação	Consulta Externa	401.167,20	349.016,22
	Cirurgia ambulatório	2.135.581,35	2.216.023,68
	Incentivos	128.571,27	134.999,81
SIGIC	Cirurgia ambulatório	834.378,41	584.998,78
Atividade Convencionada	MCDT	832.630,24	809.240,67
Atividade Própria	Consulta Aberta	626.388,87	331.719,57
Atividade Própria	UCC	1.544.114,25	1.492.145,88
Total		6.502.831,59	5.918.144,61

8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo	30.464,71	32.951,00
Centro Regional de Segurança Social	30.464,71	32.951,00
Infância e Juventude	30.464,71	32.951,00
Apoios do Governo	99.688,74	43.760,46
IEFP - CEI+	10.963,55	7.505,83
ISS - CLDS 4G - Anadia Maior	73.725,19	-
Município de Anadia - Anadia Maior	7.500,00	30.000,00
Município de Anadia	7.500,00	6.000,00
Outros	-	254,63
Total	130.153,45	76.711,46

9. Benefícios dos Empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024 foi de 21 elementos.

Os órgãos diretivos da SCMA não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2025 foi de 242 e em 2024 foi de 236.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	4.138.304,26	3.783.934,83
Encargos sobre as Remunerações	884.044,19	814.177,65
Caixa Geral de Aposentações	100.933,22	92.766,77
Segurança Social	783.110,97	721.410,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	28.546,85	29.094,62
Outros Gastos com o Pessoal	311.212,10	320.515,82
Total	5.362.107,40	4.947.722,92



O aumento que se verifica nos Gastos com Pessoal prende-se essencialmente com o aumento do salário mínimo nacional de 820,00€ para 870,00€.

A 31/12/2025 a SCMA contava com os seguintes recursos humanos no seu quadro de pessoal:

		242
SAÚDE	Assistentes Administrativos	16
	Auxiliares de Ação Médica	26
	Diretor-Coordenador	1
	Enfermeiros	23
	Médicos	1
	Outros	3
	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	17
	Técnicos Superiores	11
	Trabalhadores de Serviços Gerais	20
SOCIAL	Infância	
	Auxiliares	9
	Educadoras de Infância	4
	Trabalhadores de Serviços Gerais	5
	Terceira Idade	
	Auxiliares	51
	Técnicos Superiores	10
	Trabalhadores de Serviços Gerais	19
	Apoio às diversas respostas sociais	
	Enfermeiros	3
	Outros	3
	Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	2
	Trabalhadores afetos à cozinha	9
	Trabalhadores de Serviços Gerais	1
CULTURA	Técnicos Superiores	1
ANADIA MAIOR	Técnicos Superiores	3
APOIO ADMINISTRATIVO	Assistentes Administrativos	2
	Diretor-Coordenador	1
	Técnicos Superiores	1

No momento o quadro da instituição conta com cerca de 17 funcionários que ficaram em Regime de Cedência de Interesse Público, cujos vencimentos e regalias são assegurados pela SCMA.

10. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A SCMA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei, informa-se que a situação da SCMA perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Investimentos Financeiros	2025	2024
Inv. Associadas -Outros métodos:		
Agrofelgue Lda	2.493,99	2.493,99
Empréstimos	1.643,26	1.643,26
Investimentos noutras empresas:		
Títulos Dívida Pública CGD	249,40	249,40
Ações CCAM	100,00	100,00
Outros Investimentos - FCT	55.614,05	55.614,05
Fundo Reestruturação do Setor Solidário	1.585,21	1.585,21
Perdas por imparidade acumuladas	-35,52	-44,87
Total Líquido	61.650,39	61.641,04

A. Investimentos em Associadas -Outros métodos:

Trata-se de uma participação financeira de 50% na "Agrofelgue, Lda" sediada em Anadia, que se encontra mensurada pelo método do custo.

Os investimentos em associadas apresentam o seguinte detalhe:

31 de Dezembro de 2024

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-16	% participação	Partes de capital		Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-17
Agrofelgue Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99		1.643,26	0,00	4.137,25
				2.493,99		1.643,26	0,00	4.137,25

31 de Dezembro de 2025

Investimentos em empresas associadas	Sede	Capitais próprios 31-Dez-17	% participação	Partes de capital	Goodwill	Empréstimos	Provisões	Saldo em 31-Dez-18
Agrofelgue Lda	Anadia	ND	50%	2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25
				2.493,99	0,00	1.643,26	0,00	4.137,25



Os saldos e transações com a associada “**Agrofelgue, Lda**” apresentam-se no quadro seguinte:

Transações	2025	2024
Rendas	12.000,00 €	12.000,00 €
Saldos	2024	2023
Empréstimos concedidos	1.643,26 €	1.643,26 €
Contas a receber	72.000,00 €	60.000,00 €

B. Investimentos noutras empresas:

Quanto aos investimentos noutras empresas de que abaixo se apresenta detalhe encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Método Justo valor	31-dez-25	31-dez-24
Ações CCAM	100,00	100,00
Títulos Divida Publica CGD	249,40	249,40
Fundo Reestruturação Setor Social	1.585,21	1.585,21
Outros Investimentos - FCT	55.614,05	55.614,05
	57.548,66	57.548,66
Perdas por imparidade acumuladas	-35,52	-44,87
Sub-Total	57.513,14	57.503,79
Total Líquido	57.513,14	57.503,79

Fundo de Reestruturação do Setor Social (FRSS)

O Fundo de Reestruturação do Setor Social, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 165-A/2013 e destina-se ao apoio da reestruturação e da sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Segurança Social (IPSS) e equiparadas, permitindo, desta forma, a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais por estas prestadas.

Fundo de Compensação do trabalho, do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho

A Lei n.º 70/2012 de 30 de agosto estabelece os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

O FCT e o FGCT são fundos autónomos, com personalidade jurídica e não integram o perímetro de consolidação da Segurança Social nem o seu orçamento, são ainda fundos de adesão individual e obrigatória pela entidade empregadora.

As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho terminaram em maio de 2023, com a entrada em vigor das alterações ao Código do Trabalho. Consequentemente, as entidades empregadoras poderão utilizar o valor disponível no



fundo em (i) pagamento de indemnizações, (ii) formação dos trabalhadores, (iii) apoio à habitação dos trabalhadores jovens e ainda (iv) outros investimentos realizados de comum acordo entre o empregador e as estruturas representativas dos trabalhadores, como refeitórios ou creches.

11.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 as rubricas “Clientes” e “perdas por imparidade acumuladas” encontram-se desagregadas da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Créditos a receber		
Utentes	118.268,38	102.162,11
Clientes e Utentes factoring	713.157,31	402.560,24
Clientes	713.157,31	402.560,24
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	870,84	17.397,98
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	(870,84)	(17.397,98)
Total	831.425,69	504.722,35

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes		
ARS CENTRO	138.233,85	133.499,40
Faturação de MCDT - Credencial	135.304,85	136.790,98
ULS Aveiro - CAC	34.200,00	-
Hospitais - SIGIC	325.834,54	113.062,84
Clientes Gerais	2.177,56	2.174,56
Avenças	25.676,81	16.041,74
Seguradoras	3.129,70	990,72
Acordo de Cooperação CTH	48.600,00	-
Utentes	118.268,38	102.162,11
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	870,84	17.397,98
Perdas por Imparidade acumuladas		
Utentes	- 870,84	- 17.397,98
Total	831.425,69	504.722,35

O saldo do cliente “ARS Centro” resulta essencialmente dos valores referentes à faturação do mês de dezembro da Unidade de Cuidados Continuados, bem como de parte dos MCDT’s faturados no final do exercício, encontrando-se o respetivo pagamento a ser regularizado num prazo médio de cerca de 120 dias.

As perdas por imparidade registadas referem-se, maioritariamente, a débitos de utentes das várias respostas sociais que, apesar das diligências de cobrança efetuadas, ainda não foi possível recuperar.

O saldo da rubrica “Hospitais – SIGIC” corresponde a valores em dívida por parte de hospitais públicos, resultantes da atividade cirúrgica desenvolvida pela SCMA no



âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), programa destinado à redução das listas de espera para cirurgia.

11.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Outras Entidades - reembolsos pedidos	-	3.810,09
Ministério da Educação	29.181,61	33.104,76
ISS - CLDS 4ºG - Anadia Maior	24.168,38	15.000,00
Outros Devedores	3.664,50	2.191,00
Faturação a ACSS e ARS	769.183,85	598.976,68
Faturação SIGIC	391.972,44	328.296,77
Rendas a cobrar	72.000,00	60.600,00
Ativos correntes detidos para venda		
Casa de Habitação, Moita	15.376,11	15.376,11
Casa de Habitação, Anadia	99.000,00	99.000,00
10 - Prédios rústicos	238.000,00	256.500,00
Total	1.642.546,89	1.412.855,41

A rubrica “ISS – CLDS 4.ª Geração – Anadia Maior” corresponde aos montantes reconhecidos como subsídios, líquidos dos valores já recebidos.

A rubrica “Faturação a ACSS e ARS” apresenta um valor elevado por incluir o acréscimo de rendimentos no montante de 2.996.309,76€ (3.027.761,95€ em 2024). Deste valor, 2.665.319,82€ (2.700.039,71€ em 2024) correspondem à produção efetuada e ainda não faturada ao abrigo do Acordo de Cooperação com a ARS, encontrando-se compensados por adiantamentos daquela entidade no montante de 2.430.000,00€ (2.429.981,40€ em 2024), os quais não são suscetíveis de devolução, por corresponderem a serviços efetivamente prestados.

O acréscimo inclui ainda incentivos à produção contratada no valor de 128.571,27€ (134.999,81€ em 2024), cujo pagamento depende do cumprimento do Índice Global de Desempenho previsto no Acordo de Cooperação. Contudo, à semelhança de anos anteriores, a ARS ainda não divulgou a totalidade dos indicadores de desempenho, sendo entendimento da SCMA que tal não compromete o pagamento dos referidos incentivos.

A rubrica “Faturação SIGIC” refere-se a atos cirúrgicos realizados no âmbito do SIGIC que, à data, ainda não se encontravam validados pela ARS, não tendo, por esse motivo, sido faturados (nota 7).

O valor registado em “Ativos Não Correntes Detidos para Venda” refere-se à casa de habitação sita na Moita (Anadia), cuja alienação foi autorizada em Assembleia Geral de 30 de novembro de 2020, bem como à casa de habitação sita em Anadia e às



propriedades rústicas cuja venda foi autorizada em Assembleia Geral de 28 de novembro de 2022.

Descrição	2025	2024
Casas de Habitação	114.376,11	114.376,11
Casa de Habitação Moita	15.376,11	15.376,11
Casa de Habitação - Avenida 5 outubro - Anadia	99.000,00	99.000,00
Propriedades Rústicas	238.000,00	256.500,00
Terrenos Rústicos	238.000,00	256.500,00
Total	352.376,11	370.876,11

11.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros a Registrar	7.077,53	2.721,51
Contratos de manutenção	2.477,49	6.344,08
Proteção Dados - Responsável contratado	1.101,47	1.254,60
Total	10.656,49	10.320,19
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Cobradas	1.310,00	1.310,00
Quotizações	6.000,00	3.000,00
Total	7.310,00	4.310,00

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	1.841,08	2.083,98
Depósitos à ordem	1.373.724,85	985.802,24
Depósitos a prazo	1.150.000,00	1.350.000,00
Outros - Conta Utentes	(1.361,15)	(1.155,42)
Total	2.524.204,78	2.336.730,80

Em relação aos saldos acima apresentados, deve referir-se o seguinte:

- ✓ A SCMA tem um saldo de 1.841,08€ de caixa distribuído pelos diversos serviços.
- ✓ A conta designada “Outros - Conta Utentes”, cujo saldo se apresenta credor, resulta do registo contabilístico da entrega de disponibilidades por parte de alguns utentes, que solicitam à SCMA a sua gestão. Nesta conformidade, porque esta entrega de meios financeiros se materializa numa conta de depósitos à ordem de disponibilidades que não são



pertença da SCMA, na elaboração das presentes DF's procedeu-se à compensação dos saldos.

11.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01 janeiro 2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2025
Fundos	920.353,09	-	-	920.353,09
Resultados transitados	3.818.828,66	(99.636,65)	-	3.719.192,01
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	974.923,48	-	-	974.923,48
Total	5.714.105,23	(99.636,65)	-	5.614.468,58

Sobre os movimentos ocorridos no exercício de 2025 salienta-se o seguinte:

- ❖ A diminuição na conta dos resultados Transitados resulta da aplicação do resultado de 2024 conforme deliberação em Assembleia Geral de 17 de março de 2025.
- ❖ Quanto aos aumentos na rubrica de Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais, resultam do registo de doações de bens imóveis.

11.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	208.290,99	211.643,10
Total	208.290,99	211.643,10

	0-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	94.308,08	-	-	113.982,91	208.290,99
	94.308,08	0,00	0,00	113.982,91	208.290,99

Não sendo prática habitual desta Instituição proceder ao pagamento a fornecedores em prazo superior a 90 dias após a data das respetivas faturas, verifica-se a existência de um saldo de 113.982,91€, relativo a obras executadas no HJLC.

Contudo, o referido montante mantém-se em dívida por entendimento da Mesa Administrativa de que a obra não se encontra concluída nem formalmente entregue, apresentando ainda defeitos e incorreções. Assim, o valor encontra-se reservado a título de garantia, a qual não foi constituída pelo empreiteiro.

Importa ainda referir que o empreiteiro intentou ação judicial contra a SCMA, reclamando o pagamento da referida dívida, tendo a Misericórdia apresentado contestação, alegando incompetência material do Tribunal. Posteriormente, a SCMA deduziu reconvenção contra o autor, encontrando-se o processo atualmente a aguardar decisão.



Os restantes valores incluídos nesta rubrica já se encontram liquidados à data de elaboração do presente documento.

11.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.290,48	16.175,67
CGA - Valor a ser restituído	18.674,56	11.275,68
Total	25.965,04	27.451,35
Passivo		
Imposto s/ Rendimentos Pessoas Coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto s/Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	39.619,94	36.523,83
CGA	10.000,56	9.617,86
Segurança Social	85.542,56	81.388,22
Outras Tributações - FCT e FGCT	-	-
Total	135.163,06	127.529,91

O ativo no montante de 7.290,48€ corresponde ao pedido de restituição de 50% do IVA suportado nas faturas relativas à alimentação e às obras realizadas no Complexo Seabra de Castro.

O ativo no valor de 18.674,56€ refere-se a encargos com pensões complementares de trabalhadores da função pública em regime de cedência, montante que será posteriormente restituído pela ARS Centro, entidade responsável pelo respetivo pagamento.

As restantes rubricas correspondem a encargos relativos ao mês de dezembro, cujo pagamento apenas se torna exigível nos meses subsequentes.

11.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Remunerações a pagar	-	726.116,08	-	725.811,30
Honorários a liquidar	-	178.975,94	-	131.678,10
Quotização da UMP	-	211.667,02	-	171.521,64
ARS - Taxas Moderadoras	-	1.216,80	-	1.181,20
ARS - Compensação Investimento não amortizado	-	50.045,69	-	50.045,69
Outros credores	-	34.504,68	-	36.156,70
Contrato - JMFS	100.000,00	-	100.000,00	-
Total	100.000,00	1.202.526,21	100.000,00	1.116.394,63

A sub-rubrica “Remunerações a pagar” refere-se aos encargos com férias e subsídio de férias a liquidar no ano de 2026.



A sub-rubrica “Honorários a liquidar” diz respeito, essencialmente, a serviços prestados por colaboradores durante os meses de novembro e dezembro de 2025, cujas faturas, de acordo com as práticas em uso, foram emitidas apenas no início de 2026.

A sub-rubrica “Quotização da UMP” corresponde ao reconhecimento do gasto relativo à quota-parte dos resultados positivos obtidos na valência hospitalar, nos termos do acordo de parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas (vide nota 12.13).

A sub-rubrica “ARS – Taxas Moderadoras” refere-se aos montantes cobrados aos utentes, que devem ser entregues à ARS, conforme previsto no Acordo de Cooperação.

A sub-rubrica “ARS – Compensação de Investimento Não Amortizado” refere-se ao valor dos ativos descritos na Nota 5, cujo montante deverá ser pago à ARS durante o período de vigência do Acordo de Cooperação (10 anos, com início em 2015) e que aguarda comunicação da Tutela setorial para regularização.

A sub-rubrica “Outros credores” resulta da aplicação do princípio do acréscimo, incluindo despesas como eletricidade, água e outros encargos, relativas ao exercício de 2025, mas faturadas apenas em 2026, bem como verbas a imputar a períodos futuros.

11.10. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	317.932,06	295.116,49
Serviços especializados	1.857.904,94	1.661.747,54
Materiais	85.175,08	90.682,88
Energia e fluidos	299.036,89	372.741,47
Deslocações, estadas e transportes	8.400,12	10.225,23
Serviços diversos (*)	117.886,47	123.952,82
Seguros	38.266,75	39.270,38
Comunicação	27.143,63	24.158,66
Limpeza, higiene e conforto	19.035,66	16.355,47
Total	2.686.335,56	2.554.466,43

11.11. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.435,89	2.587,96
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	100.395,19	62.055,00
Outros rendimentos e ganhos	32.071,54	27.346,43
Total	134.902,62	91.989,39



A rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” refere-se às rendas provenientes do património imobiliário colocado em regime de arrendamento, bem como aos ganhos obtidos com a alienação de imóveis.

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” inclui, essencialmente, donativos em dinheiro, no montante de 20.932,00€.

11.12. Outros Gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Taxas	2.718,54	2.622,70
Descontos de pronto pagamento concedidos	43,54	34,18
Gastos e perdas investimentos não financeiros	216,10	5.053,26
Outros Gastos e Perdas	7.667,61	1.175,00
Quotizações à UMP	214.667,02	174.521,64
Total	225.312,81	183.406,78

A sub-rubrica “Quotizações à UMP”, no montante de 214.667,02€ (174.521,64€ em 2024), refere-se ao reconhecimento do gasto relativo ao exercício de 2025, correspondente à quota-parte dos resultados positivos obtidos na valência hospitalar, nos termos do acordo de parceria celebrado entre a SCMA e a União das Misericórdias Portuguesas (vide nota 11.11).

11.13. Juros e Rendimentos similares Obtidos e Suportados

As rubricas de “Juros e rendimentos similares obtidos” e “Juros e rendimentos similares suportados” encontram-se divididas da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		4.801,49
Total	-	4.801,49
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	219,98	209,52
Total	219,98	209,52
Resultados financeiros	219,98	(4.591,97)

11.14. Fluxos de Caixa

A demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e os pagamentos de Caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

- A 31 de dezembro de 2025 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

- Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários. Não existem financiamentos de curto prazo.



- Nos pagamentos ao pessoal foram incluídos os valores relativos a IRS, Segurança Social, CGA e ADSE.

11.15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No ano de 2021, foi intentada ação de responsabilidade civil por ato médico (negligência médica) contra a SCMA e Hospital José Luciano de Castro, no valor de cerca de 595 mil euros. O Hospital tem seguro de responsabilidade civil para atos médicos, pelo que a seguradora foi chamada ao processo. A SCMA e o HJL refutam e não aceitam a existência de negligência médica alegada, pelo que consideram remota a possibilidade de vir a ser condenada.

Aguarda-se prolação de despacho saneador e marcação de julgamento.

Existe ainda um processo em curso com um fornecedor, tal como divulgado na nota 11.8

11.16. Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 16 de março de 2026.



Anexo Auxiliar

1. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo

	2025	2024
Vendas e serviços prestados	9.168.457,25 €	8.306.993,23 €
Subsídios, doações e legados à exploração	130.153,45 €	76.711,46 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 660.845,19 €	- 650.361,86 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.783.669,00 €	- 2.642.245,61 €
Gastos com pessoal	- 5.362.107,40 €	- 4.947.722,92 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.625,00 €	- 17.396,52 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	9,35 €	- 9,11 €
Outros rendimentos	202.285,98 €	159.372,75 €
Outros gastos	- 225.785,61 €	- 183.406,78 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	470.123,83 €	101.934,64 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 187.722,77 €	- 196.979,32 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	282.401,06 €	- 95.044,68 €
Juros e rendimentos similares obtidos	219,98 €	209,52 €
Juros e gastos similares suportados	- €	- 4.801,49 €
Resultado Antes de Impostos	282.621,04 €	- 99.636,65 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €
Resultado Líquido do Período	282.621,04 €	- 99.636,65 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

2. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde/Social/Cultura/Projeto “Anadia Maior”

	Saúde	Social	Cultura	“Anadia Maior”	TOTAL
Vendas e serviços prestados	6.532.781,67 €	2.635.675,58 €	- €	- €	9.168.457,25 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2.561,47 €	46.366,79 €	- €	81.225,19 €	130.153,45 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 419.672,61 €	- 240.861,78 €	- €	- 310,80 €	- 660.845,19 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.459.696,58 €	- 316.748,61 €	- 1.106,61 €	- 6.117,20 €	- 2.783.669,00 €
Gastos com pessoal	- 2.925.758,08 €	- 2.344.417,67 €	- 17.616,76 €	- 74.314,89 €	- 5.362.107,40 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	1.625,00 €	- €	- €	1.625,00 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	9,35 €	- €	- €	9,35 €
Outros rendimentos	4.376,94 €	197.909,04 €	- €	- €	202.285,98 €
Outros gastos	- 224.073,28 €	- 1.712,33 €	- €	- €	- 225.785,61 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	510.519,53 €	- 22.154,63 €	- 18.723,37 €	482,30 €	470.123,83 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 117.212,47 €	- 67.640,07 €	- 792,06 €	- 2.078,17 €	- 187.722,77 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	393.307,06 €	- 89.794,70 €	- 19.515,43 €	- 1.595,87 €	282.401,06 €
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	219,98 €	- €	- €	219,98 €
Resultado Antes de Impostos	393.307,06 €	- 89.574,72 €	- 19.515,43 €	- 1.595,87 €	282.621,04 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Líquido do Período	393.307,06 €	- 89.574,72 €	- 19.515,43 €	- 1.595,87 €	282.621,04 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

3. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Saúde

	2025	2024
Vendas e serviços prestados	6.532.781,67 €	5.938.540,43 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2.561,47 €	- €
Outros	2.561,47 €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 419.672,61 €	- 388.420,53 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.459.696,58 €	- 2.262.691,16 €
Gastos com pessoal	- 2.925.758,08 €	- 2.674.652,42 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- 598,51 €
Outros rendimentos	4.376,94 €	1.320,49 €
Outros gastos	- 224.073,28 €	- 177.233,52 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	510.519,53 €	436.264,78 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 117.212,47 €	- 113.859,29 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	393.307,06 €	322.405,49 €
Juros e gastos similares suportados	- €	- 4.801,49 €
Resultado Antes de Impostos	393.307,06 €	317.604,00 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €
Resultado Líquido do Período	393.307,06 €	317.604,00 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

4. Demonstração de Resultados por Natureza – Comparativo Social

	2025	2024
Vendas e serviços prestados	2.635.675,58 €	2.368.452,80 €
Subsídios, doações e legados à exploração	46.366,79 €	46.711,46 €
ISS, IP - Centros Distritais	46.366,79 €	46.711,46 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 240.861,78 €	- 261.803,76 €
Fornecimentos e serviços externos	- 316.748,61 €	- 372.801,02 €
Gastos com pessoal	- 2.344.417,67 €	- 2.202.029,97 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	1.625,00 €	- 16.798,01 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	9,35 €	9,11 €
Outros rendimentos	197.909,04 €	158.052,26 €
Outros gastos	- 1.712,33 €	- 6.173,26 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	- 22.154,63 €	- 286.398,61 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 67.640,07 €	- 83.120,03 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	- 89.794,70 €	- 369.518,64 €
Juros e rendimentos similares obtidos	219,98 €	209,52 €
Resultado Antes de Impostos	- 89.574,72 €	- 369.309,12 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €
Resultado Líquido do Período	- 89.574,72 €	- 369.309,12 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

5. Demonstração de Resultados por Natureza – Áreas Funcionais

	Saúde	Infância	Terceira Idade	Cultura	Projeto "Anadia Melhor"	TOTAL
Vendas e serviços prestados	6.532.781,67 €	441.439,00 €	2.194.236,58 €	- €	- €	9.168.457,25 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2.561,47 €	34.303,23 €	12.063,56 €	- €	81.225,19 €	130.153,45 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 419.672,61 €	- 49.935,31 €	- 190.926,47 €	- €	- 310,80 €	- 660.845,19 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2.459.696,58 €	- 42.147,66 €	- 274.600,95 €	- 1.106,61 €	- 6.117,20 €	- 2.783.669,00 €
Gastos com pessoal	- 2.925.758,08 €	- 478.067,12 €	- 1.866.350,55 €	- 17.616,76 €	- 74.314,89 €	- 5.362.107,40 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	1.625,00 €	- €	- €	- €	1.625,00 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	- €	9,35 €	- €	- €	9,35 €
Outros rendimentos	4.376,94 €	35.833,21 €	162.075,83 €	- €	- €	202.285,98 €
Outros gastos	- 224.073,28 €	- 302,00 €	- 1.410,33 €	- €	- €	- 225.785,61 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	510.519,53 €	- 57.251,65 €	35.097,02 €	- 18.723,37 €	482,30 €	470.123,83 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 117.212,47 €	- 11.737,49 €	- 55.902,58 €	- 792,06 €	- 2.078,17 €	- 187.722,77 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	393.307,06 €	- 68.989,14 €	- 20.805,56 €	- 19.515,43 €	- 1.595,87 €	282.401,06 €
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	41,85 €	178,13 €	- €	- €	219,98 €
Juros e gastos similares suportados	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Antes de Impostos	393.307,06 €	- 68.947,29 €	- 20.627,43 €	- 19.515,43 €	- 1.595,87 €	282.621,04 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Líquido do Período	393.307,06 €	- 68.947,29 €	- 20.627,43 €	- 19.515,43 €	- 1.595,87 €	282.621,04 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

6. Demonstração de Resultados por Natureza – Saúde

	UCC	Bloco Operatório	Consulta Externa	Fisioterapia	Cardiologia	Consulta Particular	Imagiologia	Total
Vendas e serviços prestados	1.544.114,25 €	3.098.450,05 €	447.452,97 €	626.576,80 €	216.001,61 €	504.442,20 €	95.743,79 €	6.532.781,67 €
Subsídios, doações e legados à exploração	1.921,10 €	320,18 €	160,09 €	64,04 €	32,02 €	32,02 €	32,02 €	2.561,47 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 53.443,32 €	- 324.413,52 €	- 28.377,76 €	- 12.079,25 €	- 562,31 €	- 109,14 €	- 687,31 €	- 419.672,61 €
Fornecimentos e serviços externos	- 566.799,25 €	- 887.236,35 €	- 297.852,31 €	- 174.318,32 €	- 164.218,71 €	- 285.060,73 €	- 84.210,91 €	- 2.459.696,58 €
Gastos com pessoal	- 993.821,63 €	- 719.716,47 €	- 296.250,09 €	- 514.838,50 €	- 42.370,73 €	- 265.522,83 €	- 93.237,83 €	- 2.925.758,08 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros rendimentos	2.065,99 €	1.304,52 €	559,08 €	205,00 €	18,64 €	186,44 €	37,27 €	4.376,94 €
Outros gastos	- 53.842,26 €	- 72.922,47 €	- 39.429,49 €	- 27.399,87 €	- 2.252,76 €	- 21.646,17 €	- 6.580,26 €	- 224.073,28 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	- 119.805,12 €	1.095.785,94 €	- 213.737,51 €	- 101.790,10 €	6.647,76 €	67.678,21 €	- 88.903,23 €	510.519,53 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 24.983,25 €	- 48.502,90 €	- 6.742,51 €	- 14.101,49 €	- 1.593,28 €	- 1.768,93 €	- 19.520,11 €	- 117.212,47 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	- 144.788,37 €	1.047.283,04 €	- 220.480,02 €	- 115.891,59 €	5.054,48 €	69.447,14 €	- 108.423,34 €	393.307,06 €
Juros e rendimentos similares suportados	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Antes de Impostos	- 144.788,37 €	1.047.283,04 €	- 220.480,02 €	- 115.891,59 €	5.054,48 €	69.447,14 €	- 108.423,34 €	393.307,06 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado líquido do Período	- 144.788,37 €	1.047.283,04 €	- 220.480,02 €	- 115.891,59 €	5.054,48 €	69.447,14 €	- 108.423,34 €	393.307,06 €



SANTA CASA
DA MISERICÓRDIA
DE ANADIA

7. Demonstração de Resultados por Natureza – Social

	José L. Castro	Seabra Castro	CENTRO DE DIA	APOIO DOMICILI.	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	TOTAL
Vendas e serviços prestados	754.615,16 €	937.481,40 €	115.734,75 €	386.405,27 €	271.122,59 €	170.316,41 €	2.635.675,58 €
Subsídios, doações e legados à exploração	3.563,22 €	4.357,71 €	1.776,72 €	2.365,91 €	13.044,46 €	21.258,77 €	46.366,79 €
ISS, IPI - Centros Distritais	3.563,22 €	4.357,71 €	1.776,72 €	2.365,91 €	13.044,46 €	21.258,77 €	46.366,79 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 65.711,99 €	- 81.481,70 €	- 19.350,07 €	- 24.382,71 €	- 24.524,39 €	- 25.410,92 €	- 240.861,78 €
Fornecimentos e serviços externos	- 91.459,33 €	- 104.271,40 €	- 30.210,76 €	- 48.659,46 €	- 19.901,93 €	- 22.245,73 €	- 316.748,61 €
Gastos com pessoal	- 732.581,97 €	- 726.571,25 €	- 105.164,88 €	- 302.032,45 €	- 248.669,78 €	- 229.397,34 €	- 2.344.417,67 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- €	- €	- €	- €	1.625,00 €	1.625,00 €
Outras imparidades (perdas/reversões)	- €	9,35 €	- €	- €	- €	- €	9,35 €
Outros rendimentos	53.535,92 €	52.028,02 €	29.995,91 €	26.515,98 €	15.113,26 €	20.719,95 €	197.909,04 €
Outros gastos	- 335,09 €	- 585,05 €	- 251,50 €	- 238,69 €	- 128,98 €	- 173,02 €	- 1.712,33 €
Resultado antes de dep., gastos de fin. e impostos	- 78.374,08 €	80.967,08 €	- 7.469,83 €	39.973,85 €	6.055,23 €	- 63.306,88 €	- 22.154,63 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 26.335,56 €	- 12.667,95 €	- 4.665,96 €	- 12.233,11 €	- 4.677,23 €	- 7.060,26 €	- 67.640,07 €
Res. Operacional (antes de gastos de fin. e impostos)	- 104.709,64 €	68.299,13 €	- 12.135,79 €	27.740,74 €	1.378,00 €	- 70.367,14 €	- 89.794,70 €
Juros e rendimentos similares obtidos	52,79 €	59,32 €	35,19 €	30,83 €	17,62 €	24,23 €	219,98 €
Resultado Antes de Impostos	- 104.656,85 €	68.358,45 €	- 12.100,60 €	27.771,57 €	1.395,62 €	- 70.342,91 €	- 89.574,72 €
Imposto sobre rendimento do período	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado Líquido do Período	- 104.656,85 €	68.358,45 €	- 12.100,60 €	27.771,57 €	1.395,62 €	- 70.342,91 €	- 89.574,72 €

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ANADIA**, (adiante designada por "SCMA" ou "Entidade") que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 7.865.561 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.897.090 euros, incluindo um resultado líquido de 282.621 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISA") e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

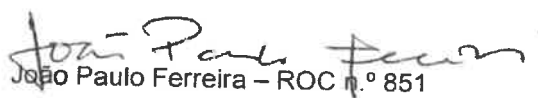
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 18 de março de 2026

M. Silva, P. Caiado, P. Ferreira & Associados, SROC, Lda

Representada por


João Paulo Ferreira – ROC n.º 851

Registado na CMVM com o n.º 20160475

